

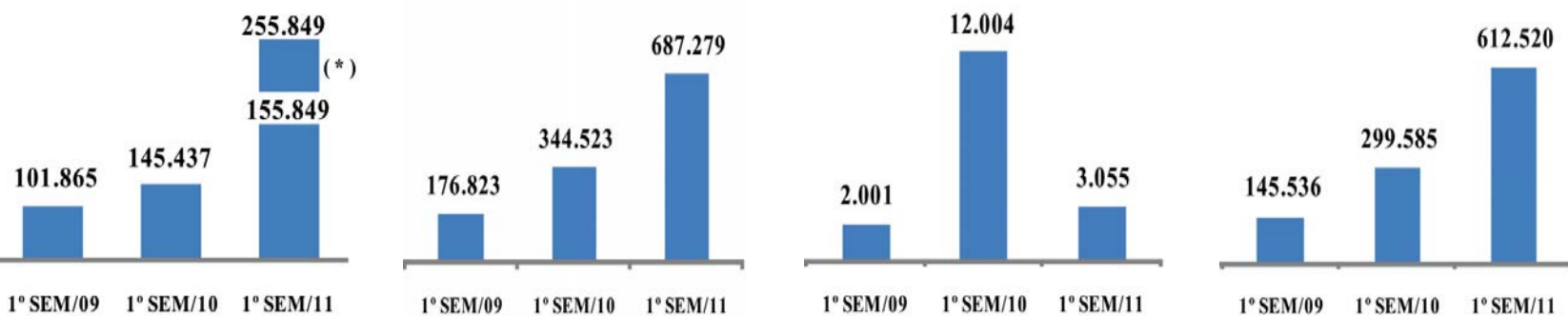
## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Patrimônio Líquido

Carteira de Crédito  
(inclui Cedidos coobrigados)

## Lucro Líquido

## Captações



(\*) Evento subsequente, conforme nota nº 24 Aumento de Capital em espécie no valor de R\$ 100 milhões, conforme AGE de 12/08/2011.

**Senhoras e Senhores Acionistas,**  
Apresentamos o relatório da Administração do Banco Intermedium S.A relativo ao semestre findo em 30/06/2011, em conformidade com determinações legais e estatutárias.  
O Banco percorreu o primeiro semestre de 2011 em uma situação mais confortável em termos de capital (Básica de 21,03%) e, aliada à estratégia de criação de novas fontes de captações permitiram o forte crescimento das operações de

crédito atingindo o saldo de R\$ 687,3 milhões em 30/06/2011, incluindo os créditos cedidos coobrigados, crescimento de 22,1% no semestre e de 99,5% durante os últimos doze meses. Neste contexto, merece destaque o segmento de Crédito Letras Financeiras que cresceu 33,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao *funding*, o Banco vem diversificando e alongando sua base de captações, a qual alinhada com o crescimento da carteira vem proporcionando o crescimento sustentável da carteira de crédito. Em junho de 2011, o total de captação

atingiu R\$ 612,5 milhões, apresentando um crescimento de 67,5% no semestre e de 104,5% durante os últimos doze meses.  
Como fatos das antecipações de receitas com cessões de crédito com coobrigação, a carteira de crédito do Banco vem reduzindo o volume de cessões de crédito com coobrigação e ampliando a maior retenção de crédito no balanço. Apesar disso, o Banco continuou sendo lucrativo apresentando lucro líquido de R\$ 3,0 milhões no semestre. Cabe destacar, ainda, que esta administração investiu em pessoal e tecnologia,

visando dar ao Banco uma infra-estrutura adequada para um crescimento consistente nos próximos exercícios. Em abril de 2011, iniciamos o **PROJETO III** - nome dado ao processo de implantação do software de gestão SAP (Systems, Applications and Products). A SAP é líder mundial em software de negócios, tendo em seu portfólio aplicações e serviços que permitirão ao Banco gerir seus negócios de forma mais eficiente. O Banco INTERMEDIUM é o primeiro Banco do país a implantar todos os módulos do SAP Banking. No âmbito do gerenciamento de riscos, o Banco INTERMEDIUM visa atender à regulação vigente e garantir a gestão eficaz da exposição do Banco aos diversos riscos que envolvem o mercado financeiro, buscando excelência no balanço entre desempenho, retorno e riscos associados ao negócio. Em linhas gerais, mesmo com as recentes mudanças macroprudenciais implementadas pelo Banco Central a partir de dezembro de 2010, o Banco INTERMEDIUM continua-se em uma situação mais confortável em termos de capital. O que nos permite ganhar "market share" e mantermos a produção de crédito consignado e focada em convênios mais rentáveis. Além disso, o Banco vem ampliando a participação dos segmentos de *Middle Market* e Crédito Imobiliário na composição de sua carteira de crédito e, ainda, diversificando suas fontes de captações o que, conseqüentemente, reduz o impacto das novas regras no capital do Banco.  
**Como evento subsequente, informamos que conforme deliberado pela AGE de 12/08/2011, a sociedade realizou um aumento de capital com recursos dos acionistas, já integralizado em espécie, no valor de R\$ 100.000,00 (cem milhões de reais). O referido aumento encontra-se no Banco Central do Brasil para aprovação.**  
Encontra-se em fase final de implantação o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II, que atende o objetivo estratégico e mercadológico do banco, mediante cessão de operações de crédito consignado.  
Finalmente, queremos agradecer o comprometimento de nossos colaboradores, a contribuição de nossos investidores acionistas e fornecedores, sem a qual não seria possível alcançar estes resultados.  
Atenciosamente,

Conselho de Administração  
Belo Horizonte, 12 de agosto de 2011.

ATIVO		PASSIVO	
2011	2010	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	755	413	10.532
Depósitos Interfinanceiros (nota 4)	166.423	158.234	15.273
Relações interfinanceiras	1.248	330	90.545
Operações de crédito (nota 6)	269.373	130.327	8.540
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(14.244)	(8.461)	46.364
Outros créditos (nota 7)	18.570	8.235	7.895
Outros valores e bens (nota 8)	112	215	33
Despesas antecipadas (nota 9)	18.572	8.342	41
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>460.809</b>	<b>297.635</b>	<b>188.663</b>
<b>NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Aplicações interfinanceiras (nota 4)	5.084	42.933	430.399
Operações de crédito (nota 6)	230.660	110.244	1
Outros créditos (nota 7)	2.753	3.077	22.043
Outros valores e bens (nota 8)	118	118	36
Despesas antecipadas (nota 9)	23.276	9.809	10.514
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>342.691</b>	<b>166.181</b>	<b>462.993</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social (nota 16 a)	144.000	126.116	144.000
Reserva legal	1.431	873	16.147
(-) Ajuste valor de mercado	(20)	(6)	(20)
(-) Ações em tesouraria	(278)	(278)	(278)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>143.703</b>	<b>125.582</b>	<b>143.703</b>
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>618.842</b>	<b>376.917</b>	<b>618.842</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>807.505</b>	<b>466.173</b>	<b>807.505</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 - (Valores expressos em milhares de reais)	
	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>109.834</b>
Aumento de capital	23.605
Lucro líquido do semestre	12.004
Destinações propostas:	
Reserva legal	(600)
Reserva estatutária	(11.404)
Ajuste valor de mercado	(6)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010</b>	<b>145.437</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>152.992</b>
Aumento de capital	87
Lucro líquido do semestre	3.055
Destinações propostas:	
Reserva legal	(153)
Reserva estatutária	(2.902)
Ajuste valor de mercado	(7)
Ações em tesouraria	(278)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011</b>	<b>155.849</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Intermedium S.A. ("Instituição" ou "Banco") iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e serviços gerados pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas e prestação de serviços de informática e desenvolvimento de *software*.  
Os acionistas da Intermedium - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2008, pela alteração do nome da Instituição para Banco Intermedium S.A., em conexão com o projeto de transformação em Banco Múltiplo.  
A diretoria do Banco Central do Brasil (Bacen) manifestou-se, em 13 de fevereiro de 2008, favorável ao projeto de transformação. A Instituição recebeu autorização para iniciar as operações como Banco Múltiplo no dia 18 de agosto de 2008.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), no que for aplicável.  
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos.
- Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração do fluxo de caixa.
- Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre partes relacionadas.
- Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- Resolução nº 3.937/2011 - Eventos Subsequentes.
- Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações.

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Intermedium.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

**a. Apuração de resultado**  
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuída de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.  
O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2011	2010
Caixa e saldos em bancos	755	413
Aplicações interfinanceiras de liquidez (90 dias)	163.233	158.184
<b>Total</b>	<b>163.988</b>	<b>158.597</b>

**c. Operações ativas e passivas**  
As operações ativas (circulante e realizável a longo prazo) são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (em base *pro rata dia*).

As operações passivas (circulante e exigível a longo prazo) referem-se a passivos conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço (em base *pro rata dia*).

**d. Provisão para perdas com operações de crédito**  
É constituída com base na Resolução Bacen nº 2.682/1999, analisando os riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas.  
**e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários**  
São representados pelos valores atualizados das cotas subordinadas do fundo de investimento em direitos creditórios, denominado FIDC Intermedium Créditos Consignados, constituído pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos consignados da Instituição e também por Títulos Públicos Federais (LFT).  
Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	acima de 5 anos	Mercado/Contábil	Aquisição Atualizado
Papel Disponível para venda	3.014	3.014	3.014	3.014	3.014	3.014	3.014
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786
Títulos mantidos até o vencimento (*)	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786
Cotas de fundo de investimento (FIDC)	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786
<b>Total</b>	<b>155.849</b>	<b>155.849</b>	<b>155.849</b>	<b>155.849</b>	<b>155.849</b>	<b>155.849</b>	<b>155.849</b>

	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	acima de 5 anos	Mercado/Contábil	Aquisição Atualizado
Papel Disponível para venda	2.714	2.714	2.714	2.714	2.714	2.714	2.714
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786	77.786
Títulos mantidos até o vencimento (*)	40.219	40.219	40.219	40.219	40.219	40.219	40.219
Cotas de fundo de investimento (FIDC)	40.219	40.219	40.219	40.219	40.219	40.219	40.219
<b>Total</b>	<b>120.938</b>	<b>120.938</b>	<b>120.938</b>	<b>120.938</b>	<b>120.938</b>	<b>120.938</b>	<b>120.938</b>

(\*) Em função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/01, são classificados como "mantidos até o vencimento".

A seguir, estão resumidas as principais informações relacionadas ao FIDC Intermedium Créditos Consignados, considera-se a taxa de retorno prevista como *benchmark* de 120% da taxa CDI, apropriadas de forma *pro rata temporis*. As cotas subordinadas têm seu valor obtido pela diferença entre o saldo do patrimônio líquido do fundo e o valor total das cotas seniores.  
**b. Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC**  
Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido dos fundos será de 75%. Nesse contexto, os fundos deverão ter 25% dos seus patrimônios representados por cotas subordinadas. Essa relação será apurada diariamente e acessível aos coistas do fundo mensalmente. A participação do Banco Intermedium S.A no FIDC ocorre através das cotas subordinadas.

com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.

• Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.  
• Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.  
**f. Investimentos**  
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.  
**g. Imobilizado**  
É imobilizado ao custo, deduzidas as depreciações que são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do imobilizado está ajustado ao seu valor recuperável.  
**h. Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tribuável, acrescido do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado conforme legislação específica.

A Lei nº 11.727, de 3 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável a partir de maio de 2008. Dessa forma, o encargo da Contribuição Social sobre o lucro tributável foi acrescido pelo diferencial de alíquota de 6% naquela data.  
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as operações em andamento no exercício de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição (RTT), devendo ser considerado, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

**i. Despesas antecipadas**  
A apropriação ao resultado do semestre das parcelas de despesas com comissão sobre operações de crédito e correspondentes é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

## 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo das aplicações interfinanceiras, no circulante, está composto por:

	2011	2010
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	160.999	15.549
Letras do Tesouro Nacional (LTN)		
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		
CDI - Banco Fids S.A.	10.024	8.146
CDI - Banco Bonsucesso S.A.	7.033	8.146
CDI - Banco Cruzeiro do Sul S.A.	8.146	8.146
CDI - Banco Fibra S.A.	11.054	8.037
CDI - Banco BMG S.A.	3.004	3.004
CDI - Banco Sofisa S.A.	12.056	12.056
CDI - Banco BIC S.A.	5.010	5.010
CDI - Banco Tricury S.A.	4.027	4.027
CDI - Banco Schahin S.A.	5.037	5.037
CDI - Banco Morada S.A.	1.979	1.979
CDI - Banco Fieis S.A.	1.036	1.036
CDI - Banco Paulista S.A.	4.019	4.019
CDI - Banco Triangulo S.A.	8.034	8.034
CDI - Banco Brasil S.A.	7.034	7.034
CDI - Bancoob	3.474	182
Provisão para Perda CDI Banco Morada	(1.979)	(1.979)
<b>Total</b>	<b>171.507</b>	<b>158.234</b>

**Circulante** 166.423 **158.234**  
**Não Circulante** 5.084

Em 28/04/2011 o Banco Central decretou intervenção no Banco Morada S.A. em decorrência de comprometimento patrimonial, do descumprimento de normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e do fato de seus controladores não terem apresentado um plano de recuperação viável para a instituição. O Banco Intermedium possui em carteira uma operação de CDI com o referido Banco, sendo constituída 100% de provisão para perda.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO</b>		
Operações de crédito	78.236	66.390
Resultado com aplicações interfinanceiras	6.804	4.630
Resultado com títulos e valores mobiliários	4.270	967
<b>Total</b>	<b>89.310</b>	<b>71.989</b>
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		
Operações de captação no mercado	(28.092)	(11.802)
Perdas em aplicações de depósitos interfinanceiros	(1.979)	(3.867)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(9.054)	(3.867)
<b>Total</b>	<b>(39.125)</b>	<b>(15.669)</b>
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>50.185</b>	<b>56.320</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		
Rendas de prestação de serviços	2.401	1.278
Despesas de pessoal	(3.925)	(2.318)
Outras despesas administrativas (nota 18)	(40.340)	(35.047)
Despesas tributárias	(2.879)	(218)
Resultado de participações em controladas (nota 10)	1.984	479
Outras receitas operacionais líquidas (nota 19)	4.237	1.389
Outras despesas operacionais líquidas (nota 20)	(8.380)	(1.915)
<b>Total</b>	<b>(46.920)</b>	<b>(36.352)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>3.263</b>	<b>19.968</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(440)	33
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>2.823</b>	<b>20.001</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	212	(7.997)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>3.055</b>	<b>12.004</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$</b>	<b>0,42</b>	<b>1,67</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
<b>1. Receitas</b>	<b>76.095</b>	<b>69.274</b>
1.1 Intermediação financeira	89.310	71.989
1.2 Prestação de serviços	2.401	1.278
1.3 Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(1.979)	(3.867)
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.054)	(3.867)
1.5 Outras receitas/despesas operacionais	(4.143)	(159)
1.6 Não operacionais	(440)	33
<b>2. Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(28.092)</b>	<b>(11.802)</b>
2.1 Materiais e serviços adquiridos de terceiros	39.490	34.794
3.1 Materiais, energias e outros	7.530	5.213
3.2 Serviços de terceiros	31.960	29.581
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	8.513	22.678
5. Retenções	(461)	(367)
5.1 Depreciações e amortizações	(461)	(367)
<b>6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)</b>	<b>8.052</b>	<b>22.311</b>
7. Valor adicionado recebido em transferência	1.984	479
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	1.984	479





BANCO INTERMEDIUM S/A

CNPJ: 00.416.968/0001-01

Av. do Contorno, 7.777 - 2º e 3º andar - B.: Lourdes - CEP 30110-051

Belo Horizonte-MG - Fone: (0xx) 31 2101-7000

www.intermedium.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS SEMESTRE FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. DEPÓSITOS E LETRAS DE CRÉDITO

a) Depósitos

Table with columns for 2011 and 2010, and sub-columns for 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, and 30 de junho. Rows include Depósitos a Vista, Depósitos Interfinanceiros, Depósitos a Prazo, and Total Geral.

b) Letras de Crédito

Table with columns for 2011 and 2010, and sub-columns for 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, and 30 de junho. Rows include Letras Crédito Imobiliário, Letras de Crédito Agrícola, Recursos de Aceites Cambiais, and Total Geral.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo desse grupamento está composto por:

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Composição, Impostos, contribuições e diversos (a), Provisão para imposto de renda e contribuição social e outras provisões (b), Outros (c), Total, Circulante, and Não circulante.

(a) Provisão da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) do semestre de 2011, no montante de R\$1.945 (2010: R\$8.207); "Credores diversos", no valor de R\$2.835 (2010: R\$2.078); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R\$5.542 (2010: R\$3.446); e "Outros", no valor de R\$7.695 (2010: R\$4.804), representados por fornecedores, provisões trabalhistas e provisões para impostos a recolher.

(b) Compreende: 1) o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, de conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e CSLL, no montante de R\$542 (2010: R\$506), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (nota explicativa nº 7).

(c) Provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$936 (2010: R\$826), julgada suficiente pela Administração da Instituição conforme opinião de seus assessores jurídicos. Provisão para PIS / Cofins no valor de R\$3.999 (2010: R\$0). Provisão para cessões de créditos com cobranças R\$ 5.037 (2010 R\$0).

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Table with columns for 2011 and 2010, and sub-columns for Outras obrigações - Curto prazo, Outras despesas administrativas, Outras obrigações - Curto prazo, and Outras despesas administrativas. Rows include Intermedium Promotora de Vendas Ltda., IFI Software Ltda., Intermedium Serviços de Cobrança Ltda., and Total.

Além das empresas controladas apresentadas acima, a Instituição possui contratos de prestações de serviços de captação de clientes e prospecto de novos negócios com outras empresas ligadas registradas na conta de outras despesas administrativas, conforme demonstrado abaixo:

Table with columns for 2011 and 2010, and sub-columns for Outras obrigações - Curto prazo, Outras despesas administrativas, Outras obrigações - Curto prazo, and Outras despesas administrativas. Rows include BH Minas Promotora de Negócios Ltda. and Total.

A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. Não existem pagamentos com base em ações da Instituição para os acionistas do Banco. Ademais, os administradores do Banco Intermedium mantêm aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB's, letras de créditos imobiliários, letras de créditos agrícolas e letras financeiras.

14. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DO BANCO

A remuneração dos administradores do Banco Intermedium para o semestre de 2011 é de aproximadamente R\$630 mil ad referendum a Assembleia Geral Ordinária de 2012.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Instituição constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R\$11.165 (2010: R\$5.427), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor em 30 de junho de 2011 perfazia um montante de R\$ 4.466 (2010: R\$2.171). A Instituição mantém um saldo de crédito tributário de R\$4.781 (2010: R\$3.300), relativo a PIS e Cofins, questionado judicialmente no valor de R\$1.600 (2010: R\$0), e provisão para danos morais no valor de R\$375 (2010: R\$330). Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros R\$ 791 (2010 R\$ 0). Provisão para cessões de créditos R\$ 2.016 (2010 R\$ 0). A Administração, com base na Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002

do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para absorção de tal crédito.

Table with columns for 2011 and 2010, and sub-columns for Imposto de Renda, Contribuição Social, Imposto de Renda, and Contribuição Social. Rows include Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, Adições (exclusões) líquidas, Equivalência patrimonial, PCLD, líquida, Outras, líquidas, Base de cálculo, Alíquota efetiva, Alíquota adicional, IRPJ e CSLL diferidos, Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, and Total.

Os recolhimentos por estimativa de Imposto de Renda e Contribuição social foram os seguintes, respectivamente: R\$ 3.864 e R\$ 1.203. A Lei nº 11.726, de 23 de junho de 2008, aprovou o incremento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável, a partir de maio de 2008. Os créditos tributários, ativo fiscal diferido, calculados com base na alíquota de 15%, foram registrados no semestre.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 7.213.925 ações nominativas, sendo 4.422.592 ordinárias e 2.791.333 preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 27 de maio de 2011, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$7.502, passando de R\$132.498 para R\$140.000, sendo R\$87 em moeda corrente por meio da emissão de 14.403 ações preferenciais e R\$ 7.415 com utilização de reserva legal e reserva estatutárias. O referido foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 22 de junho de 2011.

b. Reserva legal. É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva estatutária. Após constituição da Reserva Legal o saldo remanescente é constituído com Reserva Estatutária.

d. Dividendos. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do semestre.

e. Ações em Tesouraria. A Instituição mantém saldo 13.020 de ações em tesouraria correspondente ao valor de R\$ 278 mil.

17. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da Cofins com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, a Instituição, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.

Em junho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando o recolhimento da Cofins, baseada em parecer interno da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em que pesa o trânsito em julgado da questão pelo Supremo Tribunal Federal, conforme relatado anteriormente. Cabe ressaltar que a Instituição obteve decisão da 18ª Vara Federal quanto a exigência da Receita Federal do Brasil de não efetuar cobrança até apreciação do recurso hierárquico.

Também em 14 de julho de 2010 o Banco recebeu outra cobrança referente à não homologação da compensação. Reiteramos que a homologação dos créditos foi aceita por aquele órgão em maio de 2006 sem questionamentos, sendo apresentada defesa administrativa.

Ademais, em 11 de novembro de 2010, a Instituição foi autuada a recolher PIS e Cofins considerando a não decisão do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, a Instituição possui liminar datada de 21 de julho de 2006 para que o recolhimento do PIS seja efetuado na mesma base da Cofins, já transitada e julgada em 19 de dezembro de 2005, sendo também apresentada defesa administrativa.

Para todas as autuações foi apresentada, junto à Receita Federal do Brasil,

defesa administrativa, obtendo decisão da 18ª Vara Federal do Brasil em 05 de julho de 2010, que indica o impedimento das cobranças à Instituição até o transitado e julgado do processo.

A Administração da Instituição, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, os quais classificam a probabilidade de perda das respectivas ações como remota/possível, não efetuaram o registro de provisão para contingências para as mesmas.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Comissão a correspondente, Prestação de serviços, Processamento de dados, Aluguel, Comunicação, Despesas bancárias, Serviços técnicos especializados, Propaganda e publicidade, Outros, and Total.

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Recuperação de crédito, Recuperação de encargos, Outras rendas, and Total.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Amortização e depreciação, Descontos concedidos, Outras despesas, and Total.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2011 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado naquela data. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas comparadas com as vigentes no mercado.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As aplicações interfinanceiras da Instituição são mantidas em instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão concentradas basicamente em certificados de depósito interfinanceiros, letras financeiras do tesouro, letras do tesouro nacional e notas do tesouro nacional. Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido, ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

A Instituição não contratou operações com derivativos financeiros durante os períodos fíndos em 30 de junho de 2011 e 2010.

22. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado, em 30 de junho 2011 totaliza R\$5.325 (2010: R\$5.325), e é considerada suficiente para tal.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Acordo Basíliá. A partir de 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras têm de manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores que variam de 0 a 100%, conforme Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (Acordo Basíliá). De acordo com a referida resolução, o patrimônio líquido da Instituição apresenta-se compatível com o grau de risco dos seus ativos.

b. Gestão de riscos de mercado. O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descalques de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Instituição. A supervisão dos riscos permite a análise de exposições frente aos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

O Banco Intermedium S.A. utiliza metodologia estatística para mensurar e gerenciar o risco de mercado das suas posições, condizentes com a realidade do mercado e a complexidade das operações que venha a realizar. A Instituição realiza a supervisão e o monitoramento dos limites e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo efetuados com base nos resultados da avaliação dos valores sujeitos a riscos de mercado com a aplicação da metodologia Value At Risk (VAR) bem como na realização de teste de estresse, buscando antecipar ações para situações adversas.

c. Gestão de riscos operacionais. Em atendimento à Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional, a Instituição constituiu o Comitê de Risco, ligado diretamente à Diretoria Executiva Administrativa e Financeira, composto por titulares das áreas administrativas e de controle. Esse comitê tem a responsabilidade do gerenciamento do risco operacional, bem como a sua identificação e acompanhamento.

Buscando a mitigação do risco operacional, vem sendo trabalhado pelo Comitê a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos que permitam a mensuração e acompanhamento do nível de risco conhecido e potencial em que incorre a Instituição. Como forma de administração dos riscos, não são

adequados aqueles cuja classificação seja superior a risco médio, em uma escala que varia de muito baixo a muito alto, não expondo a Instituição a possíveis perdas relevantes que possam afetar o fluxo normal de suas atividades e operações.

d. Gestão de riscos de crédito. A Instituição também conta com uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito, sendo esta composta pelo Comitê de Riscos. Tal comitê possui a incumbência de implementar políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de crédito de acordo com o disposto na Resolução nº 3.721/09 do Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, o Comitê de Riscos possui a responsabilidade pela execução da política de risco de crédito, no exercício de suas atribuições, de fixação de limites e aprovação de operações (middle market), assim como pelo estabelecimento de alçadas para operações de crédito pessoal e crédito imobiliário. e. Ouvidoria. Foi criada pela Instituição a área de Ouvidoria, que atuará como um canal de comunicação entre ela, seus clientes e usuários dos seus produtos, inclusive na mediação de conflitos. Serão registradas todas as manifestações, oferecendo respostas rápidas e de qualidade de acordo com as necessidades e exigências dos clientes.

f. Índice de Basíliá. Em 1994, o Brasil aderiu à regulamentação proposta internacionalmente por meio do Acordo de Basíliá (de 1988). Porém, a exigência de capital mínimo requerido é mais rigorosa, atingindo 11% dos ativos ponderados pelo risco, percentual esse superior ao de 8% previsto pelo Acordo de Basíliá.

Adequação de capital (R\$ ml) 30/06/2011

Table with columns for 2011 and 2010. Rows include Patrimônio de referência - PR, Patrimônio de referência exigido - PRE, Ativo ponderado pelo risco, Risco de crédito - PEPR, Risco operacional - POPR, Índice de Basíliá (PR -PRE/0,11), and Total.

O Banco Intermedium encerrou o semestre com um índice de Basíliá de 21,03%.

g. Plano de Negócio

O resultado líquido do semestre, no valor de R\$3.055 mil. O valor da carteira de empréstimo, considerando as 3 (três) principais linhas de crédito do Banco (Capital de Giro, Crédito Pessoal e Crédito Imobiliário), atingiu o montante de R\$500.033 mil, com crescimento de 107,85% sobre a mesma rubrica de 2010 (R\$240.571 mil), com destaque para a carteira de Crédito Pessoal, com incremento de 111,10%, de Crédito Imobiliário, que cresceu 103,31%, e Capital de Giro, que cresceu 103,79% no período. O valor de Captações (depósito a prazo e recursos de aceites cambiais e letras de crédito imobiliário, letras de créditos agrícolas e letras financeiras) atingiu o valor R\$597.247 mil (em 2010, R\$299.585 mil), maior em 99,36% do saldo desta rubrica no mesmo período do ano anterior. Quanto ao Plano de Negócio, destaca-se a superação das metas da carteira de crédito, na ordem de 112%, e captações de depósito a prazo, na ordem de 122%. No que se refere, especificamente, a carteira de repasse do SFH iniciais, este ano, estas operações, tendo em vista a assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal, no final de 2010.

Apesar do significativo crescimento das operações o resultado final (após IR e CSLL) foi menor que o projetado, na ordem de 81%. Isso se justifica por investimentos, robustos, que estamos fazendo na área de TI, com a implantação de vários sistemas do SAP. Isto posto, julgamos que as metas colocadas no Plano de Negócios original são plenamente atingíveis durante o tempo de sua abrangência.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2011, foi aprovada o aumento de capital de R\$ 140.000.000,00 para R\$240.000.000,00 em moeda corrente. Este ato foi protocolado no Banco Central do Brasil, em 16 de agosto de 2011 para homologação. Em 12 de agosto de 2011 a administração da Instituição aprovou as demonstrações financeiras de 30 de junho do ano corrente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA PRESIDENTE AQUILES LEONARDO DINIZ CONSELHEIRO JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA CONSELHEIRO JOSÉ FELIPE DINIZ CONSELHEIRO MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ CONSELHEIRO DIRETORIA EXECUTIVA AQUILES LEONARDO DINIZ DAURO DE CARVALHO E SILVA JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA DIRETORIA MARCO TÚLIO GUIMARÃES MARIA VIRGINIA GOMES MOREIRA SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA CONTADOR RESPONSÁVEL SICOVAR BENIGNO DE ARAÚJO SOARES - CRC-MG 67.120-0-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Aos Diretores e Acionistas Banco Intermedium S.A. Belo Horizonte - MG Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Intermedium S/A ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações financeiras A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas

e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Intermedium em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Outros assuntos Demonstração do valor adicionado Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) individual para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está

adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou e revisou as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2010, respectivamente, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 30 de julho de 2011, que não continha modificação. Belo Horizonte, 29 de julho de 2011 KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes) CRC 259013439/O-5 "S" MG Luiz Carlos de Carvalho Contador - CRC-ISP197193/O-6 "S" MG